

Valeu resistir... Valeu lutar!

Bancários recebem este mês dividendos da Campanha Nacional 2018



Assembleia em Alagoas aprovou proposta dos bancos, que estipula aumento real e mantém os direitos dos bancários



Negociações, paralisações e protestos - em Alagoas e todo o país - fizeram banqueiros recuar dos ataques

5%

nos salários e verbas

2 anos

com direitos garantidos

10 bi

para aquecer a economia

Após a histórica Campanha Nacional deste ano, em que a categoria bancária resistiu bravamente à retirada de direitos pretendida pelos bancos, estão sendo creditadas este mês as conquistas obtidas e/ou mantidas na nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e nos Acordos Aditivos, cuja assinatura ocorreu no dia 31 de agosto. Entre os créditos estão o reajuste de 5% nos salários e verbas, bem como a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Como já é do conhecimento da categoria, as negociações deste ano foram intensas, difíceis e complexas. Houve nada menos que dez reuniões com os banqueiros, nas quais o enfrentamento e a pressão foram as armas dos bancários. Ao mesmo tempo, equilíbrio e sabedoria tiveram que ser explorados, para não haver precipitação e os trabalhadores serem engolidos pela trama dos bancos, que tinham a seu favor a famigerada reforma trabalhista.

“O Acordo é resultado da estratégia traçada pelos sindicatos e o Comando Nacional dos Bancários, além da mobilização da categoria na base. Fizemos ver aos bancos que iria haver uma 'batalha campal', caso eles não dessem aumento real e insistissem na retirada e redução de conquistas”, observa o presidente do Sindicato, Márcio dos Anjos.

Os bancários de Alagoas e sua entidade tiveram um papel de destaque na Campanha, seja participando das negociações, seja mobilizando-se nos bancos. As duas paralisações parciais na reta final da negociação com a Fenaban, realizadas em 22 e 23 de agosto, fortaleceram o movimento em âmbito nacional, contribuindo para pressionar os banqueiros e modificar a proposta que previa só reposição da inflação e redução de direitos.

Paralisação pressiona bancos e muda proposta da Fenaban

Indignados com a proposta apresentada pelos bancos na negociação do dia 21 de agosto, que previa aumento real de apenas 0,5% e reduzia direitos assegurados na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), bancários de Alagoas paralisaram nos dias 22 e 23 de agosto agências do Bradesco, Itaú, Santander, Safra, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste.

O movimento, coordenado pelo Sindicato, seguiu orientação do Comando Nacional dos Bancários e, junto com paralisações em outros estados, contribuiu para pressionar os bancos na mesa de negociação da Fenaban. Na rodada seguinte, os banqueiros melhoraram a proposta, garantindo as conquistas da Convenção Coletiva de Trabalho e elevando o ganho real para 1,31%.

“A categoria entendeu que no contexto de retirada de direitos e ataques às empresas públicas, conseguimos um ótimo acordo. Garantimos aumento real acima da média de outras categorias e mantivemos todos os direitos da nossa CCT”.

MÁRCIO DOS ANJOS

Presidente do Sindicato e membro do Comando Nacional dos Bancários

“Um terço das categorias com negociação neste ano não conseguiram fechar acordo. E 51%, em julho, tiveram perdas”.

CARLOS ALBERTO

Diretor do Sindicato e funcionário do BB

“Os bancários da Caixa, BB e BNB foram os únicos trabalhadores de empresas públicas a conseguir aumento real este ano”.

ISMAEL MONTEIRO

Diretor Sindicato e membro da CEE-Caixa

“No atual cenário de retirada de direitos, um acordo de dois anos garante aos trabalhadores, até 2020, todas as conquistas da CCT, tanto nos bancos públicos quanto nos privados”.

JUAN GONZALEZ

Diretor Sindicato e funcionário Bradesco

“O próximo passo da nossa luta são as eleições de outubro. Precisamos eleger governantes e parlamentares comprometidos com a defesa dos bancos públicos e dos trabalhadores.”

JOSÉ ARAGÃO

Diretor Sindicato e funcionário Santander



Prédio central do Banco Brasil



Banco do Nordeste Arapiraca



Caixa Econômica Deodoro



Bradesco Rua do Sol



Mais Itaú na Rua do Sol



BNB Jatiúca



Banco do Brasil Rua do Sol



Banco do Nordeste Centro



Banco Safra



Caixa Econômica Rua do Sol



Bradesco Rua do Sol



Itaú Rua do Sol

Acordo garante aumento real e manutenção de direitos na CCT

Comando Nacional argumentou e pressionou negociadores da Fenaban para melhorar a proposta de acordo



Diante de uma conjuntura de retirada de direitos e acordos rebaixados, os bancários conquistaram 5% de reajuste e a manutenção de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os empregados do Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste também aprovaram seus acordos específicos, garantindo, igualmente, os direitos que havia anteriormente.

O reajuste inclui aumento real de 1,31% e incide sobre vale refeição, vale alimentação, auxílio-creche, regra básica da PLR e parcela adicional

da PLR.

O acordo prevê também a manutenção, por dois anos, de todos os direitos econômicos e sociais previstos na Convenção anterior, além da reposição total da inflação com aumento real de 1% para salários e verbas em 2019, além da parte fixa da PLR e do adicional. E isso tudo, inclusive, para os bancários que têm curso superior e recebem acima de dois tetos do INSS (R\$ 11.291,60), os chamados hipersuficientes, que a reforma trabalhista do pós-golpe autoriza manter fora dos acordos.

ITENS DA CCT 2018/2020

Piso Portaria	1.605,19
Piso Escritório	2.302,52
Piso Caixa e Tesoureiro	3.110,40
Auxílio-Refeição	35,18
Auxílio-Alimentação	609,87
13º Auxílio Alimentação	609,87
Auxílio creche/babá	468,42
PLR-Regra Básica	90% salário + fixo 2.355,76
PLR-Parcela Adicional	4.711,52
Antecipação PLR	54% salário + fixo 1.413,45
Teto antecipação parcela adicional	2.355,76

CONQUISTAS

- Direito a parcelar em até três vezes o adiantamento de férias (atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso);
- Realização do terceiro Censo da Diversidade, para traçar o perfil da categoria e ajudar na promoção da igualdade de oportunidades;
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento;
- Manutenção dos direitos da CCT para todos, inclusive os hipersuficientes (trabalhadores que têm curso superior e ganham mais de R\$ 11.291,60, dois tetos do INSS)



Comando Nacional argumentou e pressionou negociadores da Fenaban para melhorar a proposta de acordo

GARANTIAS

- PLR integral para bancárias em licença-maternidade, ou adotantes, e para os afastados por doença ou acidente;
- Cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento, a Fenaban queria reduzir para 33%, como está na CLT.
- Proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, como forma de reduzir a pressão por metas;
- Salário substituto (cláusula 5ª) e a cláusula do vale-transporte, com 4% de desconto sobre o salário base;
- Os bancários terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam 10 dias;
- Volta a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);
- Vale-cultura (cláusula 69ª), para que o direito esteja garantido caso o governo retome o programa.

PRINCIPAIS ITENS DA PROPOSTA DO BANCO DO BRASIL

- Mantido o modelo de PLR e o pagamento do primeiro semestre após a assinatura do acordo

- O intervalo de almoço para jornada de oito horas poderá ser reduzido para 30 minutos, de forma facultativa. Já para jornada de seis horas será mantido o modelo atual, sem registro de ponto.

- Banco de Horas: Os funcionários terão seis meses para a compensação das horas extras com folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado. Caso a compensação não ocorra em até seis meses, o saldo de horas será convertido em espécie.

- Manutenção da cláusula do Acordo Coletivo que garante a observação de três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios, para efeito de descomissionamento.

- Criação de mesas temáticas para Teletrabalho e Escritórios Digitais; e Entidades Patrocinadas de Bancos Incorporados.

- Um dia de luto para falecimento de padrastos e madrastas.

- O trabalhador poderá optar pelo recebimento do vale-transporte em dinheiro ou em cartão magnético.



Negociações foram longas no BB

Bancários do Santander conquistam renovação do ACT



Sindicato de Alagoas participou das negociações que resultaram na renovação do acordo

Os bancários do Santander também conquistaram a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2018/2020. A negociação final aconteceu no dia 31 de setembro, em São Paulo, da qual participou José Aragão, diretor do Sindicato. Além da manutenção das conquistas anteriores, houve melhoria de algumas cláusulas.

Submetida aos trabalhadores do banco, a proposta foi aprovada no dia 5 de outubro, durante assembleias nos estados. Em Alagoas o encontro foi às 18 horas, na sede do Sindicato. Confira abaixo itens da proposta.

Itaú pagará PCR junto com PLR

O Itaú pagará o Programa Complementar de Resultados (PCR) junto com a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), no dia 20 deste mês. O PCR é uma conquista dos funcionários, em negociação iniciada em 2003. Mais de 80.000 trabalhadores são contemplados em todo o país.

Com o reajuste de 5% negoci-

ado com a Fenaban (reposição da inflação mais 1,31% de aumento real), o valor do PCR será de R\$ 2.716.

O PCR que será pago no dia 20 é resultado do acordo bianual específico para a verba, 2017/2018. Os representantes dos trabalhadores cobram a renovação do acordo. A previsão é de que a discussão e assinatura de um novo aconteça até dezembro.

PRINCIPAIS ITENS DA PROPOSTA DA CAIXA



- Veda descomissionamento de gestante

- Mantém o Saúde Caixa nos moldes atuais para empregados e aposentados

- Mantém PLR Social (4% do lucro líquido apurado nos exercícios de 2018 e 2019, distribuído em valores iguais para todos)

- Mantém inúmeras cláusulas do ACT que o banco queria acabar ou modificar (Promoção por mérito 2019 e 2020, Promoção por antiguidade, APIP de 5 dias por ano, Isenção de tarifas, anuidade do cartão, ausências permitidas, intervalo para jornada de oito horas, adicional noturno em jornada mista, etc).

PRINCIPAIS ITENS DA PROPOSTA DO SANTANDER

- Mantém cláusulas importantes como as que tratam das Bolsas Auxílio Estudo para a primeira graduação e primeira pós-graduação, licença não remunerada de 30 dias para acompanhamento de casos de saúde, Licença adoção.

- Mantém o Comitê de Relações Trabalhistas (CRT) e o Fórum de Saúde, reuniões permanentes com o Banco para discutir os problemas da categoria.

- O acordo de Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) garante, a título de remuneração variável, o valor mínimo de R\$ 2.550,00 a todos os trabalhadores, a ser pago junto com a segunda parcela da PLR. Antes, o Banco queria aplicar só o reajuste da Fenaban.

- Foram renovados os Termos de Compromisso Cabesp e Banesprev.

Sindicato explica a Contribuição Negocial



Filiados terão direito a devolução de mensalidades

O Sindicato vai devolver aos seus associados duas mensalidades sindicais, referentes aos meses posteriores em que houver o desconto da **Contribuição Negocial**. A devolução é exclusiva para filiados e só será realizada para quem fizer a solicitação, via correspondência, protocolada na sede da entidade. Para ter direito, o sindicalizado já deve ter descontado pelo menos uma mensalidade a favor do Sindicato.

As mensalidades a serem devolvidas são de outubro/2018 e abril/2019, meses seguintes ao pagamento da 1ª e 2ª parcelas da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Para solicitar a devolução da mensalidade sindical de outubro/2018, o bancário sindicalizado terá prazo até 30 de dezembro de 2018, e para requerer a devolução da mensalidade de abril/2019, o prazo será até o dia 30 de junho de 2019.

A propósito de dúvidas, questionamentos e interpretações distorcidas sobre a **Contribuição Negocial**, aprovada pelos bancários para sua entidade sindical, o Sindicato esclarece que a referida contribuição nada tem a ver com a Contribuição Sindical (Imposto Sindical) ou a antiga Taxa Assistencial, nas quais está previsto o direito de autorização/oposição individual.

A **Contribuição Negocial** faz parte da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e dos acordos específicos negociados com os bancos, já homologados pela categoria em votação nas assembleias. A autorização para desconto, portanto, é de natureza coletiva, obedecendo ao princípio do negociado sobre o legislado, que passou a vigorar nas relações de trabalho. Desta forma, não há que se alegar sua ilegalidade.

A **Contribuição Negocial** é um aporte necessário e de grande importância para o Sindicato, que ajudará a custear despesas da Campanha Nacional da categoria, sobretudo no momento em que a reforma trabalhista fragilizou as finanças da entidade. Gastos expressivos com o Encontro Estadual, Conferência Regional, Encontro Nacional dos Bancos Públicos, Encontro Nacional dos Bancos

Privados e Conferência Nacional dos Bancários, além de despesas com o planejamento e as atividades de mobilização, impactaram o caixa do Sindicato.

Com a **Contribuição Negocial**, o Sindicato e a categoria terão mais fôlego financeiro para dar continuidade às suas lutas, que não se encerram com o fim da Campanha Nacional e a assinatura da CCT/Acordos. Precisaremos da mesma unidade, capacidade de organização e poder de mobilização que tivemos durante a Campanha - e que reverteu o quadro desfavorável que havia - para continuar resistindo aos ataques dos banqueiros e golpistas aos nossos direitos e conquistas.

A **Contribuição Negocial** corresponde a 1,5% do salário do bancário, sendo o menor desconto de R\$ 50,00 e o máximo de R\$ 250,00. Ela também incide na PLR, no mesmo percentual, com teto de R\$ 150,00 para a primeira parcela e com teto de R\$ 210,00 para a segunda.

O Sindicato agradece a todos que compreendem a importância política da **Contribuição Negocial** e que a aprovaram de forma coletiva em assembleia geral, o amplo e democrático fórum de decisão da categoria.

PRINCIPAIS ITENS DA PROPOSTA DO BNB

- Segue a Fenaban: reajuste salarial, benefícios, piso, seguro de vida em grupo, PLR, adiantamento da PLR, protocolo para prevenção de conflitos no ambiente de trabalho, 13ª Cesta Alimentação e auxílio funeral;
- Licença para acompanhamento de filho menor de 14 anos ao médico: flexibilidade do atual modelo para até 16h, dependendo da jornada do funcionário;
- Adiantamento emergencial para afastados por licença-saúde: aumento de 80% para 100%;
- Elevação de 22,79% para diárias a serviço e de treinamento;
- Realização de dois concursos públicos, nível médio e superior;
- Parcelamento facultativo de férias em até três períodos;
- Prorrogação de expediente para funcionários com mais de 60 anos (mulheres) e 65 anos (homens);
- Ampliação para 10 meses do prazo para pagamento retroativo da Camed.



Lideranças sindicais da Contraf e dos sindicatos do Nordeste, nas negociações com o BNB



Paralisação dos bancos fortaleceu o dia de protesto da classe trabalhadora

No Dia do Basta, bancários paralisam agências

Os bancários de Alagoas atenderam ao chamado do Sindicato e do Comando Nacional da categoria e reforçaram no dia 10 de agosto as manifestações do Dia do Basta, convocado pela CUT, os movimentos sociais e demais centrais sindicais para protestar contra o retrocesso político, o desemprego, a venda do patrimônio público, o desmonte das empresas estatais e a retirada de direitos dos trabalhadores, entre outros ataques promovidos pelo governo golpista e seus aliados.

O dia começou com piquete na porta das agências, sobretudo no centro de Maceió, retardando a abertura das unidades até às 11 horas. A paralisação parcial atingiu todos os bancos, públicos e privados, e também serviu de recado à federação patronal (Fenaban) sobre a disposição dos bancários em radicalizar a luta, caso não houvesse avanço nas negociações da Campanha Nacional.

Além de coordenar a paralisação da categoria, o Sindicato aproveitou para conversar com os bancários, colocando-os a par das negociações com os bancos e das ameaças feitas pelos banqueiros. A entidade destacou ser importante resistir em conjunto com os demais trabalhadores, uma vez que o projeto dos golpistas é aniquilar direitos coletivos, e não apenas corporativos ou de categorias.

“A reforma trabalhista, o corte de programas sociais, o con-

gelamento de verbas para a saúde e a educação, e o desmonte das empresas públicas, entre outras coisas, são projetos que atingem todo o povo brasileiro. O próximo, que eles ainda não conseguiram em virtude da resistência dos trabalhadores, será a reforma da Previdência”, disse Marcio dos Anjos, presidente do Sindicato.

“O projeto deles é o Estado Mínimo, em que tudo deve ser entregue para a iniciativa privada, com o lucro sendo o objetivo de tudo. Daí a importância de nos unirmos com toda a classe trabalhadora, buscando preservar nossos direitos, as empresas públicas, o patrimônio nacional e as políticas sociais”, completou o dirigente.

O Dia do Basta em Maceió terminou com um grande ato público no calçadão do Comércio, em frente ao antigo Produban, no qual lideranças de várias categorias repudiaram a política de retrocesso dos golpistas. Em meio a um colorido de bandeiras e faixas, os dirigentes sindicais e de movimentos sociais convocaram a população para reagir nas eleições de outubro, votando em candidatos comprometidos com as causas e interesses dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro.

O Dia do Basta também foi para cobrar a libertação do ex-presidente Lula, que se encontra preso, segundo as lideranças, por perseguição política e acusações sem prova.

CAIXA

Desconto da Greve Geral será devolvido no dia 20

O Sindicato informa aos funcionários da Caixa Econômica Federal que foi firmado no dia 28 de agosto acordo conciliatório com o banco para a compensação do dia de greve realizado em 28 de abril de 2017. Na audiência de conciliação, determinada pela Justiça do Trabalho, ficou definida ainda a data para devolução do desconto realizado nos salários, que será o dia 20 de setembro.

Compensação

As horas de paralisação do dia 28/04 serão lançadas em banco de horas no mês de setembro/2018, com prazo para compensação até o fechamento do ponto de outubro. Para aqueles que tiverem horas positivas no banco de horas, haverá o abatimento.

Desligados

Para os empregados que já se desligaram do banco, a devolução do valor descontado na greve será feita na conta bancária de cada um, a ser informada pelo Sindicato à Caixa.



Caixa, BB e BNB já pagaram PLR Bancos privados pagarão no dia 20

Os bancários do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e da Caixa Econômica Federal receberam a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no último dia 6 de agosto, em tempo recorde. Foram apenas seis dias após a assinatura da CCT e, no caso do BNB, um dia após a assinatura do acordo específico.

Os bancos privados vão pagar a PLR no dia 20 de setembro. O Itaú também pagará nesta data os valores referentes ao Programa Complementar de Resultados (PCR). No Santander, os valores referentes ao Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) são pagos juntamente com a segunda parcela da PLR, até março de 2019.



EXPEDIENTE
BANCÁRIO



Informativo do Sindicato dos Bancários e Financiários de Alagoas. Rua Barão de Atalaia, 50, Centro, CEP 57.020-510, Maceió - Alagoas. www.bancariosal.com.br / E-mail: bancariosal@bancariosal.com.br / Fone: PABX 82 2121-9200. Deptº Jurídico: 82 2121.9212. Deptº de Comunicação: Diretor Ismael Monteiro, fones: 82 2121.9215 e 2121.9216. Sub-sede de Arapiraca: Rua Monsenhor Macedo, nº 89, Centro - CEP 57.300-370. Fone/Fax: 3522-1564. Jornalista Responsável: Carlos Roberto Pereira Leite (MTE 350 - AL) Tiragem: 3.000 exemplares.

Estudo do Diap mostra como congressistas votaram sobre direitos dos trabalhadores

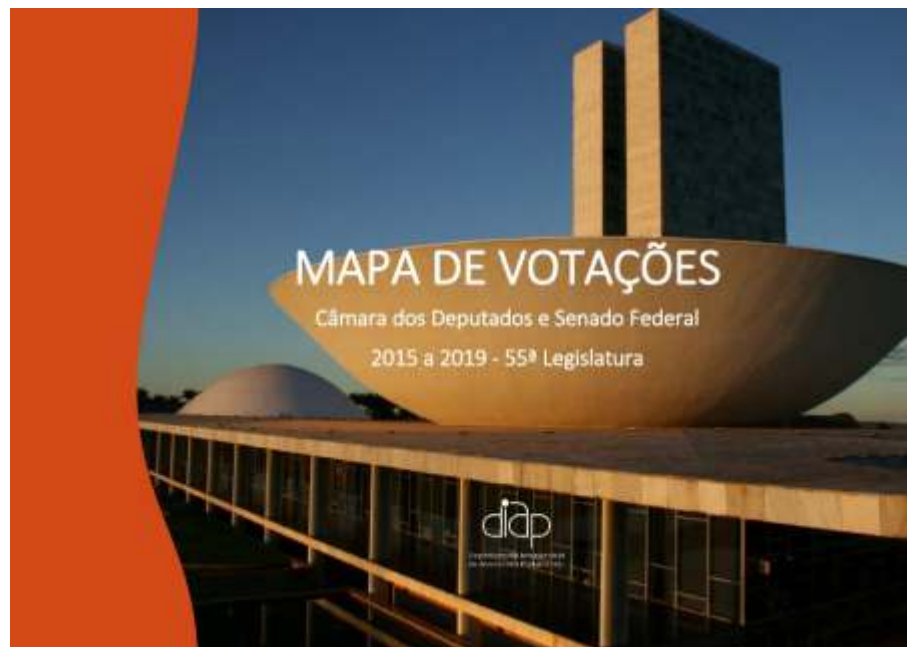
Posicionamento na entrega do pré-sal, na terceirização sem limites, na "reforma" trabalhista, no teto de gastos sociais e em outros golpes nos trabalhadores podem ajudar o eleitor

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) divulgou em seu site estudo em que mapeia como votaram deputados e senadores em temas relacionados aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional na última legislatura. Sobre tudo depois do golpe de 2016.

Veja a seguir Reportagem da Rede Brasil Atual:

O impeachment sem crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff, que completou dois anos de execução no último dia 31, só foi possível a partir de uma ação que agregou, além do MDB de Michel Temer e Henrique Meirelles, o PSDB de Geraldo Alckmin, os partidos que estão em sua coligação (DEM, PP, PRB, PR, PTB, PSD, PPS e SD) e o PSL de Jair Bolsonaro.

Todos ou passaram a exercer o



Capa do estudo do Diap

governo ao lado de Temer desde então, ou a apoiar as medidas que ele encaminhou para o Congresso, desfigurando o projeto que havia sido escolhido pelos eleitores em 2014. Até Marina Silva (Rede) defendeu a destituição de Dilma, embora parte de sua legenda tenha discordado.

O que esses políticos e partidos fizeram com o país depois explica o golpe. O estudo do Diap ajuda a entender por que tão importante quanto a eleição do presidente da República é a eleição dos deputados e senadores que darão ao próximo eleito - ou não darão - sustentação à ideia de revogar

as principais medidas tomadas durante o governo Temer, como defende o movimento sindical e partidos como PT, PCdoB, Psol e PDT.

Um levantamento feito pelo instituto mostra como votaram os congressistas no impeachment de Dilma, na cassação do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na entrega do pré-sal aos estrangeiros, na terceirização da mão-de-obra sem limites, nas denúncias de corrupção contra Temer, na reforma trabalhista, na PEC que levou ao congelamento dos gastos públicos, na tentativa de reforma da Previdência.

O banco de dados será atualizado até o fim das eleições, em 28 de outubro. Para saber como votaram os parlamentares em relação aos projetos e escolher bem o parlamentar que elegerá para o próximo mandato, acesse na internet o link abaixo, onde se encontra o estudo completo.

https://pt.scribd.com/document/387802728/Mapa-de-Votacoes-Camara-dos-Deputados-e-Senado-Federal-2015-a-2019-55%C2%A4-legislatura#download&from_embed



Uma das mais prejudiciais aos trabalhadores, a reforma trabalhista foi aprovada a 'toque de caixa' e 'com rolo compressor', na Câmara e no Senado



Bancários e demais trabalhadores lutaram nas ruas para barrar as reformas, enfrentando o poder econômico e político dos golpistas

TRAIADORES DO POVO

NUNCA MAIS VOTE NELES !!!



CÍCERO ALMEIDA - PMDB



MARX BELTRÃO - PMDB



ARTHUR LIRA - PP



MAURÍCIO QUINTELLA - PR



BENEDITO DE LIRA - PP



NIVALDO ALBUQUERQUE - PRB



ROSHINHA ADEFAL - PTdoB



PEDRO VILELA - PSDB

- Apoiaram o golpe
- Salvaram o Temer
- Terceirizaram o emprego
- Congelaram verbas
- Rasgaram a CLT



Faltando menos de um mês para as eleições, o Sindicato volta a alertar os bancários para a necessidade de elegermos candidatos comprometidos com o país, o povo e as causas da classe trabalhadora. Neste sentido, a entidade mantém em sua sede e volta a divulgar em seus veículos de comunicação o painel de parlamentares alagoanos que têm votado contra os trabalhadores. Além de apoiarem o governo golpista de Michel Temer, eles ajudaram a aprovar a terceirização irrestrita, a 'reforma' trabalhista, o congelamento de verbas para a saúde e a educação, entre tantas outras mazes do Executivo.

São sete deputados federais e

um senador da República, cujos votos, em um ou mais projetos, prejudicaram imensamente os trabalhadores e a população. Dois desses parlamentares (Marx Beltrão e Maurício Quintella) chegaram a se afastar momentaneamente dos ministérios que ocupavam só para retornar à Câmara e votar contra a vontade do povo.

O painel do Sindicato visa alertar os eleitores porque todos esses políticos estão à caça de votos. Assim, a entidade espera contribuir para melhorar a representação alagoana no Congresso, extirpando da bancada aqueles que votaram pensando em si, em detrimento dos interesses da população que os elegeu.

VOTOS DADOS POR CADA PARLAMENTAR

BENEDITO DE LIRA: Congelamento das Verbas e Reforma Trabalhista

ARTHUR LIRA: Congelamento das Verbas, Reforma Trabalhista, Terceirização e contra a cassação de Temer

NIVALDO ALBUQUERQUE: Congelamento das Verbas, Reforma Trabalhista e Terceirização

PEDRO VILELA: Congelamento das Verbas e Reforma Trabalhista

MARX BELTRÃO: Congelamento das Verbas e Salvamento do Temer

CÍCERO ALMEIDA: Terceirização e Salvamento do Temer

ROSHINHA DA ADEFAL: Terceirização

MAURÍCIO QUINTELLA: Salvamento do Temer